

O Vale do Ribeira

tem uma população de cerca de 250 mil habitantes. É nesta região que estão os maiores Remanescentes da Mata Atlântica e por onde corre o último grande rio do Estado que ainda não foi barrado para gerar energia elétrica.

Com a promessa de “desenvolvimento” e “progresso” para a região, há projetos de construção de quatro usinas hidrelétricas, que irão transformar o Rio Ribeira do Iguape numa verdadeira “escada”, alterando completamente a vida da região, ao provocar uma significativa aceleração no processo de degradação ambiental.

Muitas famílias perderão suas terras, perdendo as condições de sobrevivência.

Serão destruídas Comunidades Negras, das quais muitas são Comunidades Remanescentes de Quilombos, acabando com suas raízes, cultura, história e organização.

MOAB

Movimento dos Ameaçados
por Barragens do
Vale do Ribeira

ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS DO VALE DO RIBEIRA

Antônio Carlos Nicomedes
Praça Nossa Senhora da Guia, 103
11.960-000 - Eldorado - São Paulo - Brasil
Fone: (013) 871-1215

Maria Sueli Berlanga
Rua Pepiguari, 302
Alto da Lapa
05059-010 São Paulo - Capital
Fone: (011) 260-5906
Fax: (011) 260-3339

Apoio:
FECONEZU - Festival Comunitário Negro Zumbi
FÓRUM ESTADUAL DE ENTIDADES NEGRAS
STU - Sindicato dos Trabalhadores da
Unicamp
Comissão Pró-Índio

VALE DO

RIBEIRA

AMEAÇADO

DE MORTE!

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

data

cod. 22 000 23

Barragens no Rio Ribeira de Iguape

Tijuco Alto: de propriedade da CBA -

Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Votorantim - maior exportador de alumínio do país.

Itaóca - Funil - Batatal: de propriedade da CESP - Companhia Energética de São Paulo.

Os projetos das barragens destruirão:

- As Comunidades Remanescentes de Quilombos
- A população Caiçara
- A reserva da Mata Atlântica
- A fauna e a flora
- As cavernas
- O complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia

Organização

As Comunidades Negras dos Municípios de Eldorado e Iporanga, Estado de São Paulo, ameaçadas de perder suas terras com o projeto de construção das quatro usinas hidrelétricas no Rio Ribeira de Iguape, começaram a se organizar a partir de 1.991.

Em base no artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1.988, que reza: "Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". As Comunidades Negras descobrem que ser reconhecidas como Remanescentes de Quilombos é um instrumento a mais na luta contra a construção das hidrelétricas no Rio Ribeira de Iguape.

Em abril de 1.991, os ameaçados por barragens do Vale do Ribeira fundaram o MOAB (Movimento dos Ameaçados por Barragens) com o objetivo de organizar a resistência contra a construção das hidrelétricas na Bacia do Rio Ribeira de Iguape, nos Estados de São Paulo e Paraná.

Articulação das Comunidades Negras do Vale do Ribeira

Diante das ameaças de construção de usinas hidrelétricas e a complexa situação fundiária do Vale do Ribeira, em 1.995, surgiu a **Articulação das Comunidades Negras do Vale do Ribeira**, com o objetivo de apoiar os Remanescentes de Quilombos e fortalecer a organização da luta contra a construção das usinas hidrelétricas. Uma equipe é formada com o intuito de articular as Comunidades Negras do Vale do Ribeira. No momento já estão articuladas:

Município de Eldorado: Ivaporunduva, São Pedro, Galvão, André Lopes, Sapatú, Abobral Margem Esquerda, Bananal Pequeno, Poça, Nhunguara e Pedro Cubas.

Município de Iporanga: Pilões, Maria Rosa, Praia Grande, Castelhanos, Bombas, Poço Grande Jurumirim.

Município de Miracatu: Biguazinho.

Município de Juquiá: Morro Sêco.

Município de Cananéia: Mandira, porto Cubatão

Município de Iguape: Itatins, Patrimônio, Couveiro.

Município de Barra do Turvo: Cedro, Reginaldo e Ribeirão Grande.

A luta das Comunidades Negras tem como referencial a defesa da terra.

A Comunidade de Ivaporunduva, em agosto de 1.994, entrou com um processo judicial na Justiça Federal solicitando o reconhecimento de suas terras como Remanescente de Quilombo.

A Comunidade de Praia Grande prepara sua documentação para também impetrar um processo judicial.

As Comunidades de Pilões, Maria Rosa, São Pedro estão com a documentação pronta para que a Procuradoria da Justiça Federal dê entrada com um processo de tombamento de suas terras, como área cultural a ser preservada.

As Comunidades de Nhunguara, Sapatú, André Lopes estão num processo de levantamento histórico, cultural e fundiário para também entrar com o pedido de tombamento da área.

Portanto, organizar-se contra a construção das hidrelétricas é preservar a TERRA. Ter terra é ter vida garantida. Garantir a vida é garantir a cultura, a maneira de viver, de organizar-se, de plantar e colher, relacionar-se socialmente e com a natureza.